

INDÚSTRIA

GM anuncia R\$ 7 bilhões

Montadora prevê forte investimento em modernização do parque industrial e ampliação da frota elétrica

» RAPHAEL PATI*

A General Motors, grupo que controla a Chevrolet, anunciou um investimento de R\$ 7 bilhões para suas operações no Brasil a partir deste ano, até 2028. Segundo a empresa, o objetivo da nova injeção de capital no país é a modernização das atuais fábricas com um foco em aumentar a sustentabilidade na cadeia produtiva.

Atualmente, a montadora conta com quatro fábricas no país, em São Caetano do Sul (SP), São José dos Campos (SP), Gravatá (RS) e Joinville (SC) — esta última apenas de motores. A previsão é de que os efeitos deste investimento sejam observados já neste ano, com o lançamento de seis novos veículos, dentre eles, dois elétricos — o Blazer EV, que será um SUV Premium, e o Equinox (um SUV mais básico).

Os novos elétricos devem contar com um novo modelo de bateria com maior desempenho e mais autonomia, como anunciaram os executivos da empresa. “Estamos liderando esse processo e queremos incluir todos na jornada. A América do Sul e, especialmente, o Brasil são fundamentais para estabelecer esse nosso crescimento”, disse o presidente global da empresa, Shilpan Amin.

De acordo com o que foi detalhado pelo vice-presidente de políticas públicas da GM para América do Sul, Fabio Rua, a empresa deve investir pesado na confecção de elétricos, com a possibilidade de produzir em solo brasileiro já nos próximos anos. Em conversa com jornalistas, o executivo lembrou que, no ano passado, a participação dos carros elétricos nas vendas de automóveis em 2023 ficou entre 2% e 3%. Segundo ele, ainda há desafios tecnológicos que precisam ser enfrentados.

“O nosso futuro é elétrico, (isso é) inquestionável, e ninguém vai voltar atrás em relação a isso. Normalmente, o Brasil faz parte de uma porção importante dos investimentos que a gente tem no mundo, e também teremos elétricos aqui em algum momento. O ‘timing’ para que isso aconteça, vai depender das condições de mercado”, disse o vice-presidente.

Reunião com Lula

Mais cedo, Amin esteve em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio da Alvorada para tratar sobre os investimentos no país. Na última segunda-feira (22/1), Lula já havia anunciado um aporte de R\$ 300 bilhões no setor industrial. Segundo o executivo, a discussão com o presidente foi “fantástica”, e se mostrou otimista com os rumos da empresa no país.

“Acho que a transição do setor não vai acontecer do dia para a noite, vai depender da interlocução com o setor público e privado, e também de regulamentações”, explicou Amin, que ainda

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Presidente da General Motors Internacional, Shilpan Amin: “A América do Sul e o Brasil são fundamentais para o nosso crescimento”

Ricardo Stuckert / PR



Lula e Janja receberam executivos da BYD: montadora chinesa pretende investir R\$ 3 bilhões no Brasil

completou: “Acreditamos que esse mindset do presidente Lula está alinhado com o que nós pensamos”, disse ele sobre a expansão de veículos elétricos no mercado nacional.

Ainda sobre o encontro, Fabio Rua disse que o presidente mostrou estar ‘extremamente aberto’ aos investimentos da empresa no setor automotivo nacional. “Ele tem um histórico que vocês todos conhecem, da indústria automotiva, então ele tem um carinho especial pela indústria automotiva e ele quer ajudar”, comentou Rua.

Atualmente, a GM conta com mais de 600 pontos de venda e

mais de 24 mil funcionários espalhados por todo o país. Para os executivos da empresa, os brasileiros estão cada vez mais criteriosos para escolher um veículo zero. Na visão do presidente da GM América do Sul, Santiago Chamorro, este será o período de maior transformação da empresa no país.

“As mudanças são necessárias em virtude das atuais demandas da sociedade e dos consumidores. Estamos trabalhando junto aos nossos colaboradores, concessionários, fornecedores, e outros parceiros de negócio para liderar este movimento”, destacou o executivo.

Especulações

O vice-presidente da empresa no Brasil ainda foi questionado se houve a possibilidade de a montadora fechar as fábricas no país, a exemplo da concorrente americana Ford. Sobre essa hipótese, ele reiterou que a informação é falsa e acrescentou que ainda podem ser anunciados outros investimentos durante os próximos quatro anos (2024 a 2028).

“Essa é a primeira fase do novo ciclo de investimento da GM. A depender de como a concorrência vai se posicionar, a depender da aceleração das perspectivas que estes novos programas

de governo serão anunciados, a gente pode voltar em breve com novos aportes e um cronograma um pouco mais definido”, afirmou Rua.

Conversa com BYD

Em outro encontro com representantes da indústria automobilística, o presidente Lula recebeu, também no Palácio da Alvorada, executivos da chinesa BYD. Os integrantes da comitiva informaram que as obras da fábrica em Camaçari (BA), onde funcionava uma antiga unidade da Ford, devem começar no próximo mês. Os executivos da BYD também cederam um veículo à presidência da República, em regime de comodato.

Em uma rede social, Lula comentou o encontro. “Recebi representantes da BYD Brasil, empresa de automóveis elétricos, que vai criar sua primeira fábrica fora da Ásia no Brasil. Além da entrega de um carro elétrico para uso da Presidência da República em comodato, a BYD apresentou um relatório detalhado do plano de investimentos no Brasil, com foco na construção da fábrica de carros em Camaçari, na Bahia. Estima-se que serão mais de 10 mil postos de trabalho criados e R\$ 3 bilhões de investimentos, fomentando a economia local e contribuindo para uma maior produção de veículos sustentáveis a partir de energia limpa. O Brasil com mais investimentos construindo o futuro”, escreveu Lula.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Alckmin: sem impacto fiscal

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que o programa Nova Indústria Brasil “não tem nada a ver” com a questão fiscal do país e que a iniciativa não terá nenhum tipo de impacto nas despesas do governo além daquelas já previstas no Orçamento. “Parte do dinheiro para financiar o projeto de incentivo à indústria será captado no mercado”, disse Alckmin, em entrevista ao portal UOL. “Não tem nenhum dinheiro do governo. Na realidade, não tem impacto fiscal”, esclareceu.

Alckmin disse ainda que percebe um certo preconceito em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e insistiu que o governo não fará qualquer tipo de aporte no banco de fomento.

“No programa industrial, o BNDES quer participar de fundo na área de minerais críticos, em áreas estratégicas, o valor é mínimo”, afirmou. “O governo não vai fazer aporte no BNDES, não vai colocar recurso a mais.” O anúncio do pacote gerou críticas entre economistas, que veem a reciclagem de propostas já usadas em governos anteriores do PT e maior risco para o quadro fiscal.

Segundo Alckmin, o programa tem seis missões, com linhas de atuação que ainda terão de ser detalhadas. E salientou o caráter de apoio à inovação do programa de fomento à indústria, assim como seus aspectos de incentivo à sustentabilidade e à competitividade.

Alckmin defendeu ainda a necessidade de a indústria ter um maior acesso a linhas de crédito, e citou como exemplo a proposta

de criação da Linha de Crédito de Desenvolvimento (LCD), que está sendo discutida no Congresso.

BNDES azul

O BNDES lançou ontem a iniciativa BNDES Azul, programa que busca incentivar a inovação e descarbonização da frota naval, estimular a infraestrutura portuária e apoiar projetos de recursos hídricos via Fundo Clima. Além de investir nessas frentes, o banco dispõe de cerca de R\$ 22 bilhões em carteira, relacionados à economia azul.

Segundo o presidente do banco, Aloizio Mercadante, o objetivo é colocar o mar de volta ao centro da agenda estratégia nacional para fortalecimento da indústria naval e o aprofundamento de pesquisas marinhas. (Com Agência Brasil)

AVIAÇÃO

Crédito a aéreas pode chegar a R\$ 6 bilhões

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, anunciou ontem que o governo estuda a criação de um fundo, com recursos de R\$ 4 a R\$ 6 bilhões, para conceder empréstimos a companhias aéreas brasileiras. As operações serão realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Já está em construção com o ministro [Fernando] Haddad [da Fazenda], com o presidente do BNDES, [Aloizio] Mercadante. Vamos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira, para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, ampliar investimentos na aviação”, disse Costa Filho.

Segundo o ministro, isso inclui desde refinanciamento de dívidas quanto investimentos em manutenção como também a compra de novas aeronaves. A previsão é que a proposta completa esteja definida em cerca de 10 dias, informou Costa Filho a jornalistas, após reunião no Palácio do Planalto com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro.

O presidente Lula decidiu buscar alternativas para fortalecer o setor da aviação brasileira, afirmou Costa Filho, destacando que as empresas aéreas não tiveram apoio governamental ao longo dos últimos anos, em que a pandemia da covid-19 e o aumento dos custos operacionais impactaram o mercado do segmento.

“Não tivemos, nos quatro anos do governo anterior, nenhum apoio concreto para as companhias aéreas brasileiras, nenhuma agenda de redução de custo do querosene da aviação. Nenhuma operação de crédito foi feita, no governo passado, com o BNDES, ou qualquer outro a gente econômico. E também não foi discutida a agenda da judicialização, tendo em vista que, com isso, foi-se sacrificando e colocando as empresas aéreas em dificuldade”, argumentou.

Jurema Monteiro, da Abear, ressaltou que as conversas em curso são de construção de soluções para que seja possível, em conjunto, com o Ministério de Portos e Aeroportos, dialogar com as demais pastas e encontrar medidas que ajudem o setor a crescer.

O governo federal já mantém um fundo de financiamento — o chamado Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) —, mas é destinado a financiar infraestrutura aeroportuária em aeroportos públicos. Segundo o ministro, o novo aporte pensado para empresas aéreas não tem relação com o Fnac.

Além de tratar sobre o fundo de crédito para as aéreas, os participantes da reunião de ontem discutiram formas de reduzir o custo do querosene de aviação. De acordo com Costa Filho, que não quis dar detalhes, a modelagem da proposta está sendo feita com a Petrobras.

O ministro afirmou também que, após a primeira etapa de discussão de pautas das companhias de aviação, o governo pretende estabelecer um diálogo com o Poder Judiciário para discutir o alto grau de judicialização do setor aéreo no país.

Voa Brasil

Já o lançamento do programa Voa Brasil, que vai assegurar passagens aéreas a R\$ 200 para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), está marcado para o dia 5 de fevereiro, informou Sílvio Costa Filho. (Agência Brasil)

Ed Alves/CB/DA.Press



Alckmin: programa industrial não extrapola o que há no Orçamento